



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI  
Diretoria de Pesquisa - DPq

**CURSO: Serviço Social**

**TÍTULO do Projeto de Pesquisa:**

POLÍTICAS SOCIAIS E PRISÃO: uma avaliação da política de execução penal.

**TÍTULO do Plano de Estudo do Discente**

**Política de Assistência Social nas prisões: uma análise preliminar.**

**Orientador:** Lobelia da Silva Faceira

**Candidato a Bolsa de Iniciação Científica:** Dara de Souza Silva

Rio de Janeiro – RJ  
Março / 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI  
Diretoria de Pesquisa - DPq

## **PLANO DE ESTUDO**

### 1. Contextualização do tema

O presente plano de trabalho está articulado a pesquisa intitulada *Políticas Sociais e Prisão: uma avaliação da política de execução penal*, que tem a proposta de “analisar e avaliar as políticas setoriais de educação, trabalho, saúde e assistência social inseridas no contexto prisional, sendo perpassadas pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, pela perspectiva positivista implícita no contexto das prisões” (FACEIRA, 2018).

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. A legislação e regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil preveem que o tratamento do mesmo deve ser realizado em condições, que permitam justa reparação do delito cometido sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso. Nesse sentido, o processo de cumprimento da execução da pena previsto em lei é de cunho positivista, individualizando o crime, a pena e considerando a perspectiva de tratamento e de reabilitação social.

Para tanto, a legislação prevê o desenvolvimento de políticas sociais, que possibilitem a garantia dos direitos humanos e sociais da população carcerária, bem como o desenvolvimento das condições de retorno ao convívio social. Estando assim, os marcos jurídicos permeados pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, por uma perspectiva positivista.

A LEP estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são composta pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde; representando assim, no plano normativo uma inovação no atendimento às necessidades sociais, jurídicas, religiosas e educacionais dos presos, sendo os mesmos considerados legalmente como sujeitos sociais e cidadãos.

Os presos que cumprem pena restritiva e privativa de liberdade devem ser respeitados na sua condição de cidadãos, pois, embora tenham seus direitos políticos suspensos, tenham a



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI**  
**Diretoria de Pesquisa - DPq**

perda da liberdade e estejam sob custódia do Estado, não lhe foram retirados os direitos civis e os direitos sociais.

As funções sociais de educação e punição, bem como de assistência e custódia, contidas na LEP, passam a ser contraditórias em função desta legislação abranger o poder judiciário e o poder executivo. Nesse sentido, no campo da execução penal o conceito de direito passa a ser considerado benefício, sendo atravessado pela dimensão da disciplina e segurança, consideradas questões prioritárias neste campo.

Contraditoriamente, a mesma legislação que representa a ampliação dos direitos humanos, possui intrinsecamente uma concepção positivista da assistência ao preso, considerando o direito como benefício e condição necessária para a harmônica integração social dos presos.

O presente plano de estudo tem a proposta de analisar as contradições implícitas a execução da política de assistência social no âmbito da execução penal, problematizando a interface da prisão e da assistência social, bem como as contradições implícitas na garantia de direitos sociais no processo de cumprimento da pena privativa de liberdade.

## 2. Principais Objetivos

### 2.1. Objetivo geral

Analisar as especificidades e intersetorialidade da política de assistência social estabelecida no âmbito da execução penal, problematizando as contradições entre o reconhecimento e defesa dos direitos sociais e o papel punitivo e custodiador da instituição social prisão.

### 2.2. Objetivos específicos

- ✓ Ler e estudar os principais autores da perspectiva marxista e da criminologia crítica, que abordam o debate da historicidade das prisões no âmbito da sociedade capitalista.
- ✓ Problematizar a política setorial de assistência social a partir de uma análise do texto legal e das suas restrições frente ao contexto prisional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI  
Diretoria de Pesquisa - DPq

### 3. Principais Atividades

- ✓ Leitura das legislações e referenciais teóricos – a partir do referencial teórico metodológico marxista – da política de Assistência Social no cenário brasileiro contemporâneo.
- ✓ Leitura e análise da Lei de Execuções Penais (LEP), do Modelo de Gestão para a Política Prisional – Parte II: Interfaces entre a política prisional e políticas públicas - e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2019).
- ✓ Participação no grupo de estudos e pesquisa sobre privação e restrição da liberdade.
- ✓ Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.
- ✓ Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos e, especificamente, na Semana de Iniciação Científica/ UNIRIO.

### 4. Metodologia

A pesquisa social proposta é de natureza bibliográfica, uma vez que o processo de investigação está centralizado na análise das políticas sociais no âmbito da execução penal, a partir dos textos legais e documentos da Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). A investigação será constituída seguintes etapas metodológicas interdependentes:

1. Leitura da legislação referente a política setorial de Assistência Social, especificamente, dos direitos previstos nas respectivas legislações para a população carcerária.
2. Leitura do Modelo de Gestão para a Política Prisional – Parte II: Interfaces entre a política prisional e políticas públicas - e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2019).
3. Análise da documentação.
4. Participação em grupo de estudo e pesquisa
5. Elaboração de relatório parcial da pesquisa

No processo de interpretação dos dados focalizar-se-á o estudo dos textos, leis e documentações, articulado ao arcabouço teórico da pesquisa, analisando os seguintes eixos de análise: definição da política setorial de Assistência Social no âmbito da execução penal; perspectiva de acesso dos presos à respectiva política setorial; contradições e mediações no processo de operacionalização da política de Assistência Social nas prisões.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI**  
**Diretoria de Pesquisa - DPq**

5. Cronograma agosto de 2020 a julho de 2021

Atividades	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.
Levantamento bibliográfico e pesquisas complementares.	x	x	x	x	x							
Leitura do Modelo de Gestão para a Política Prisional e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias	x	x	x	x	x							
Participação no grupo de estudos e pesquisa.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica.							x	x	x	x	x	x
Apresentação dos resultados em eventos científicos e acadêmicos diversos.					x							x
Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.									x	x	x	x

6. Resultados Esperados

- ✓ Conclusão do relatório parcial da pesquisa e divulgação dos resultados da mesma em diversos eventos científicos.
- ✓ Publicação de artigos científicos e apresentações em eventos científicos.
- ✓ Estruturar uma roda de conversa ou minicurso sobre a política de Assistência Social nas prisões.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In: **Revista USP** (Universidade de São Paulo), São Paulo, 1996.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **Políticas sociais e prisão: uma avaliação da política de execução penal. Projeto de pesquisa.** Chamada CNPq N ° 09/2018 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. In: **Revista Serviço Social e sociedade.** São Paulo, Cortez, n° 67, set. 2001. (p. 38 – 52).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PROPGPI  
Diretoria de Pesquisa - DPq

MOTTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** uma questão em análise. 6º ed. , São Paulo: Cortez, 1995.

WACQUANT, L. A aberração carcerária à moda francesa. **In Dados – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, vol. 47, nº2, 2004.